**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA**

STEFANIE CRUZ VICENTE

**"INFORMAÇÃO É A MOEDA DA DEMOCRACIA":
bibliotecas públicas durante a ditadura militar brasileira**

**RIO DE JANEIRO
2016**

STEFANIE CRUZ VICENTE

"INFORMAÇÃO É A MOEDA DA DEMOCRACIA":
bibliotecas públicas durante a ditadura militar brasileira

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia. Orientadora: Prof.^a Ma.
Stefanie Cavalcanti Freire.

Rio de Janeiro

2016

V632i Vicente, Stefanie Cruz, 1994 -

“Informação é a moeda da democracia” : bibliotecas públicas durante a ditadura militar brasileira / Stefanie Cruz Vicente. – 2016.

62 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Orientadora: Stefanie Cavalcanti Freire.

1. BIBLIOTECA PÚBLICA - BRASIL. 2. DITADURA MILITAR - BRASIL. I. Título.

CDD 027.40981063

STEFANIE CRUZ VICENTE

“INFORMAÇÃO É A MOEDA DA DEMOCRACIA”:
bibliotecas públicas durante a ditadura militar brasileira

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia. Orientadora: Prof.^a Ma.
Stefanie Cavalcanti Freire.

Aprovado em ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Stefanie Cavalcanti Freire
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Alberto Calil Junior
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Elisa Campos Machado
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Aos meus irmãos Gabriel e Davi por tornarem a minha vida mais feliz e completa. Espero que este trabalho consiga os inspirar de alguma maneira e fazer com que eles sintam orgulho de mim. Teti ama vocês!

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, por me darem suporte e acreditarem em mim durante esses 22 anos.

Agradeço à minha vovó Geu, por ser a melhor vó do mundo, me apoiar e por ser uma mulher tão forte.

Agradeço às minhas colegas de faculdade, por terem me aturado em tantos trabalhos de grupo e por tornarem as minhas manhãs menos difíceis.

Agradeço ao Rômulo, por me fazer perceber que posso ser amada sendo exatamente como eu sou, por ter me incentivado e me consolado durante esses 14 meses.

Agradeço à minha orientadora, por toda paciência, confiança e auxílio na construção desta monografia.

Agradeço à psicóloga Renata e ao psiquiatra Luiz Fernando, por, literalmente, tornarem possível a execução deste trabalho.

E, por fim, agradeço a mim mesma, por não me sabotar totalmente, me permitir acreditar em mim mesma e por ter conseguido concluir esta etapa.

“A library is like an island in the middle of a vast sea of ignorance, particularly if the library is very tall and the surrounding area has been flooded.”

(SNICKET, Lemony, 2007)

RESUMO

Este trabalho analisa as consequências da ditadura militar brasileira, que ocorreu entre 1964 e 1985, nas bibliotecas públicas do país, através de revisão bibliográfica. Além disso, para melhor contextualização, apresenta algumas definições e conceitos, bem como a função social e o histórico desta instituição. Expõe a origem, histórico e gestões durante o regime militar brasileiro do Instituto Nacional do Livro, órgão que foi responsável pelas bibliotecas públicas durante esses 21 anos. Discorre, sucintamente, sobre a ditadura militar no Brasil, explicando os motivos que originaram esse regime autoritário, os fatos mais importantes que aconteceram no decorrer do mesmo e como transcorreu-se a abertura política. Conclui que, mesmo não sofrendo diretamente com a censura, o descaso e a escolarização das bibliotecas públicas no período delimitado funcionou como forma de controle da população, já que esta instituição tem o potencial de estimular o desenvolvimento da cidadania pelo indivíduo em busca de uma sociedade democrática.

Palavras-chave: Biblioteca Pública – Brasil. Ditadura Militar – Brasil.

ABSTRACT

This work analyzes the consequences of the Brazilian Military Dictatorship, which occurred between 1964 and 1985, in the country's public libraries, by a bibliographical review. In addition, for better contextualization, it presents some definitions and concepts, as well as a social and historical function of the institution. It exposes the origin, history and managements during the Brazilian military regime of the National Institute of the Book, organ that was responsible for public libraries during those 21 years. Discusses, briefly, the military dictatorship in Brazil, explaining the reasons that triggered this authoritarian regime, the most important events that took place in the course of the dictatorship, and how the political opening happened. Concludes that, even though it does not suffer directly from censorship, the neglect and schooling of public libraries in the limited period functioned as a form of population control, since this institution has the potential to stimulate the development of citizenship by the individual in search of a democratic society.

Keywords: Public Library – Brazil. Military Dictatorship – Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Estratégias de busca e resultados na base de dados Scielo.org.....	47
Quadro 2 - Estratégias de busca e resultados na base de dados Scielo.br.....	48
Quadro 3 - Estratégias de busca e resultados na base de dados BRAPCI.....	48
Quadro 4 - Estratégias de busca e resultados na base de dados Portal de Periódicos da CAPES.....	49
Quadro 5 - Estratégias de busca e resultados na base de dados Google Acadêmico	50
Quadro 6 - Estratégias de busca e resultados na base de dados Web of Science...51	
Quadro 7 - Estratégias de busca com três descritores e dois operadores em diversas bases.....	51
Quadro 8 - Novas estratégias de busca e resultados na base de dados Scielo.org..52	
Quadro 9 - Novas estratégias de busca e resultados na base de dados Scielo.br... 53	
Quadro 10 - Novas estratégias de busca e resultados na base de dados BRAPCI..53	
Quadro 11 - Novas estratégias de busca e resultados na base de dados Portal de Periódicos da CAPES.....	54
Quadro 12 - Novas estratégias de busca e resultados na base de dados Google Acadêmico.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDC	Centro de Desenvolvimento e Cidadania
Desc.	Descritor
DPC	Diagnóstico Preliminar da Cultura
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IFLA	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas
INL	Instituto Nacional do Livro
MinC	Ministério da Cultura
Op.	Operador
PNC	Plano Nacional de Cultura
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PNL	Programa Nacional do Livro
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEBP	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SNB	Sistema Nacional de Bibliotecas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNI	Serviço Nacional de Informação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Objetivos.....	13
1.2	Justificativa.....	13
2	BIBLIOTECA PÚBLICA.....	15
2.1	Alguns conceitos e definições.....	15
2.2	Breve histórico brasileiro.....	17
2.3	Importância e papel na sociedade.....	21
3	DITADURA MILITAR NO BRASIL.....	24
3.1	Golpe.....	24
3.2	Governos.....	27
3.2.1	<i>Humberto de Alencar Castelo Branco</i>	27
3.2.2	<i>Arthur da Costa e Silva</i>	29
3.2.3	<i>Emilio Garrastazu Médici</i>	30
3.2.4	<i>Ernesto Geisel</i>	31
3.2.5	<i>João Baptista de Oliveira Figueiredo</i>	32
3.3	Abertura.....	33
4	INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO.....	35
4.1	Origem.....	35
4.2	Objetivos e funções.....	36
4.3	Gestão das Bibliotecas Públicas pelo INL.....	37
4.3.1	1967-1969.....	38
4.3.2	1970-1974.....	39
4.3.3	1974-1985.....	39
5	“CONHECIMENTO É PODER. INFORMAÇÃO É LIBERTADORA”: bibliotecas públicas no decorrer da Ditadura Militar do Brasil.....	41
6	METODOLOGIA.....	45
7	RESULTADOS E ANÁLISES.....	47
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é direito, garantido pela constituição brasileira, de qualquer cidadão (BRASIL, 1988). Dessa forma, para que esse direito seja assegurado, é necessário que existam instituições públicas capacitadas a fornecer o serviço de mediação entre a informação e quem a deseja. Esse serviço deve atender a toda população, principalmente a parcela que não possui recursos próprios para saciar suas necessidades informacionais.

A principal instituição que tem como dever fornecer informação, proporcionar lazer e suprir as necessidades culturais de toda a população, sem discriminações, é a Biblioteca Pública. Como instituição intrinsecamente pública e popular, é incumbência do governo financiar os serviços e produtos oferecidos por este tipo de biblioteca, assim como a manutenção de sua estrutura e recursos.

Essencialmente, a biblioteca pública tem como missão pôr ao alcance do indivíduo recursos que o permitam identificar-se como cidadão e, assim, o mesmo desenvolva sua capacidade de tomada de decisões e suas opiniões para que consiga garantir seus direitos, conhecer seus deveres e enxergar o que é melhor para si e, sobretudo, para a comunidade.

Entretanto, por vezes, a biblioteca pública fica impossibilitada de cumprir sua responsabilidade para com a sociedade. Esse impedimento pode acontecer devido a diversos fatores: censura, exercida por uma ou várias esferas da sociedade; escassez de recursos, tanto humanos quanto financeiros; falta de interesse de seus administradores ou da população.

Uma das formas de controle utilizada pelos Estados Autoritários é, como citado anteriormente, a censura. Segundo Boaz (*apud* VERGUEIRO, 1987, p. 22), a censura pode ser entendida como “um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública”.

Assim, supõe-se que durante governos autoritários as bibliotecas públicas tenham seus serviços e produtos limitados ou até proibidos, pois controlar o acesso à cultura e a informação é a melhor forma de controlar o povo. Isso ocorre porque, como mencionado anteriormente, é só através do acesso à informação por todos é que podemos ter uma sociedade justa e igualitária.

A escolha da frase “Informação é a moeda da democracia”, atribuída ao célebre Thomas Jefferson, como título deste trabalho é pela maestria que a mesma ilustra o que pretendemos concluir com esse trabalho: sem informação, disponível e acessível a todos, o triunfo de uma sociedade democrática e igualitária é impraticável.

Em razão disso, este trabalho pretende identificar, através de revisão bibliográfica, a situação das bibliotecas públicas durante a ditadura militar brasileira, dando maior enfoque às políticas públicas desenvolvidas para as bibliotecas públicas no período delimitado.

Ademais, essa pesquisa almeja fazer breves considerações sobre o cenário sociopolítico desse período (1964-1985), bem como apresentar os conceitos e as definições da biblioteca pública, além da apresentação de um conciso histórico brasileiro desta última, para melhor contextualização do tema.

1.1 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é investigar como a literatura científica representa a repressão e o controle exercidos, no decurso da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), às bibliotecas públicas.

Os objetivos específicos são:

- Apresentar os conceitos de biblioteca pública e ditadura militar, bem como seus históricos no Brasil;
- Explicar o papel social das bibliotecas públicas no cenário brasileiro;

1.2 Justificativa

Atualmente, o Brasil vivencia um cenário sociopolítico de retrocesso, repleto de conservadorismo e egotismo. Ademais, a instabilidade político-econômica e, até mesmo, certo clamor de alguns pelo retorno da ditadura, ameaçam a continuidade do regime democrático.

Dessa forma, para garantir que esse trágico período da história do país – a Ditadura Militar – não se repita e que a democracia continue sendo a base de nosso governo é de grande importância que os cidadãos relembrem os malefícios de um

regime autoritário, como o cerceamento das liberdades do povo e um governo em prol da elite.

Como mencionado na seção anterior, a biblioteca pública pode e deve ser um dos principais instrumentos para auxiliar na qualificação da pessoa como um cidadão. Assim, esta pesquisa é valiosa porque pretende, convenientemente neste momento, explicar os prejuízos acarretados e as sequelas deixadas por esses 21 anos sombrios da história de nosso país nesta instituição de valor sociocultural e, por consequência, na construção de uma sociedade igualitária e que preza pela liberdade.

Logo, o principal motivo para escolha do tema “Bibliotecas Públicas durante a Ditadura Militar Brasileira” como objeto de discussão para este trabalho de conclusão de curso é evidenciar e inculcar a toda comunidade o declínio e atraso sócio, político e cultural que um poderio conservador e autoritário pode proporcionar à sociedade, principalmente à classe bibliotecária já que, após a pesquisa bibliográfica realizada, tornou-se evidente a baixa produção literária de bibliotecários sobre o tema.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA

Segundo Milanesi (1989, p. 200), objetivo da biblioteca pública “é levar a um desdobramento infinito da informação, estimulando o público a refazer constantemente seu pensamento”. Dessa forma, as bibliotecas públicas são essenciais para a formação do pensamento crítico do cidadão.

Assim, neste capítulo trataremos de forma sucinta do histórico brasileiro das bibliotecas públicas. Além disso, também apresentaremos alguns conceitos e definições bem como a importância das bibliotecas públicas em nossa sociedade.

2.1 Alguns conceitos e definições

As bibliotecas, particularmente as públicas,

[...] são em sua verdadeira essência instituições transparentes, dedicadas a colocar à disposição de cada um e de todos as informações educacionais, científicas, técnicas e socialmente mais relevantes, mais acuradas e imparciais. Os materiais de informação e acessos providos pelas bibliotecas e os serviços de informação contribuem para o bom governo aumentando o conhecimento dos cidadãos e enriquecendo suas discussões e debates (FEDERAÇÃO..., 2008, p. 4)

No Brasil, as bibliotecas públicas são tratadas como instituições de caráter cultural e, conseqüentemente, são subordinadas ao Ministério da Cultura. Além disso, as mesmas são frutos de políticas públicas das esferas federal, estadual ou municipal e têm

por objetivo atender por meio do seu acervo e de seus serviços os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atende a todos os públicos, bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com deficiência e segue os preceitos estabelecidos no Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas. (BRASIL, [201-]f).

Porém, de acordo com Milanesi (1989, p. 95), estabelecer um conceito para biblioteca pública é quase impraticável porque “a diversidade de situação em que ela surge e as suas características são tão disparatadas que o uso de um mesmo termo para identificar tantos casos é problemático”. Apesar disso, neste tópico apresentaremos conceitos e definições de biblioteca pública segundo a visão de alguns autores.

Para Machado e Suaiden (2015, p. 23), os elementos caracterizadores de uma biblioteca como pública são: “[...] gestão e financiamento público; indistinção do público usuário; e o fornecimento de serviços voltados às necessidades informacionais das comunidades as quais atendem”.

Além destes elementos essenciais, no Manifesto da IFLA / UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994), essas foram definidas como: “[...] o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento”. Esta definição é bem abrangente visto que esse manifesto tem alcance mundial e, dessa forma, não leva em consideração as peculiaridades de cada comunidade.

Em seu manual de princípios e diretrizes para as bibliotecas públicas, a Fundação Biblioteca Nacional (2010, p. 18), complementando a última definição, afirma que “o conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento”.

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, a definição dada para biblioteca pública é simples e abrangente: “a que é posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por dotações governamentais” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 52).

Já Koontz e Gubbin (*apud* MACHADO; SUAIDEN, 2015, p. 24), conceituam, pelas suas funções, a biblioteca pública como “[...] o ponto de acesso, é o ponto principal e dinâmico, da comunidade, estruturado para responder de modo proativo a uma multiplicidade de necessidades de informação que estão sempre em mudança”.

Entretanto, para Miranda (1978, p. 70)

as definições clássicas que conhecemos [...] figuram um tanto pretensiosas quando confrontadas com a atmosfera pobre, subdesenvolvida e tímida de nossas pequenas e mal aparelhadas bibliotecas municipais.

A atualidade do trecho de Miranda pode ser percebida quando, em 2010, Medeiros (2010, p. 12-13) tem opinião similar e complementar a deste autor. A autora afirma que

as bibliotecas públicas brasileiras não têm face; nem para as autoridades, nem para o público e nem até mesmo para os funcionários. É uma instituição que sofre, historicamente, de crise de identidade. Da mesma forma, os prédios, as atividades, os acervos e o corpo técnico, salvo raras exceções, não atendem ao preceito de

serviço público voltado para o atendimento das necessidades de informação e conhecimento da comunidade.

Dessa forma, pode-se perceber que “a realidade das bibliotecas públicas brasileiras [...] pouco mudou” e também que “o conceito de biblioteca pública encontra-se em dissonância com a atuação dessas na sociedade brasileira” (MACHADO; SUAIDEN, 2015, p. 23-24).

2.2 Breve histórico brasileiro

O título de primeira biblioteca pública brasileira não é unanimidade entre todos os pesquisadores que tratam do assunto. Para alguns, a Biblioteca Real, atualmente Biblioteca Nacional, formada majoritariamente por livros trazidos pela corte portuguesa em 1808, é considerada a predecessora das bibliotecas públicas do país (FROTA, 2014), (FERRAZ, 2014).

Entretanto, a Biblioteca Real é uma biblioteca nacional, já que a mesma tem objetivos e funções diferentes dos da biblioteca pública, sendo esses:

a) reunir, preservar e difundir a documentação bibliográfica e audiovisual produzida no território nacional (ela se vale, para reunir, do chamado *depósito legal* e para difundir da *bibliografia nacional corrente*; b) reunir o que em qualquer parte se publica a respeito da nação; c) coordenar a permuta nacional e internacional de publicações; d) coordenar programas nacionais de aquisição de publicações estrangeiras; e) coordenar a rede nacional de bibliotecas; f) manter catálogo nacional coletivo de livros e periódicos. (FONSECA, 2007, p. 54).

Assim, a inauguração da primeira biblioteca realmente pública no Brasil ocorreu em 4 de agosto de 1811, na Bahia, pela iniciativa de Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco. Ou seja, esta biblioteca foi fundada por uma iniciativa privada mas tinha como objetivo auxiliar na alfabetização e no desenvolvimento do apreço à leitura pelo povo. Essa biblioteca funcionava pela colaboração dos interessados em usufruir de seu acervo (SUAIDEN, 1995).

Ainda no século XIX, outras bibliotecas públicas foram fundadas, como a Biblioteca Estadual do Maranhão, em 1829; Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, em 1848; Biblioteca e Arquivo Público do Pará, em 1871; Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro, em 1873 (SPONHOLZ, 1984).

Mesmo após a criação destas bibliotecas, foram os gabinetes de leitura que exerceram com maior eficácia o papel da biblioteca pública, principalmente em São

Paulo (FROTA, 2014). Denominados “Gabinete Português de Leitura” foram “um esforço privado para oferecer leitura à população” (MILANESI, 2013, p. 41).

Os gabinetes de leitura podem ser considerados os precursores das bibliotecas públicas. Esses espaços eram originados e mantidos “pela contribuição de grupos sociais através de uma associação para atender a seus contribuintes”, isto é, funcionavam como “bibliotecas sociais” (SPONHOLZ, 1984, p. 5).

O Anuário Estatístico de 1908/1912 apresentou dados que quantificavam as bibliotecas públicas brasileiras. Segundo este documento, existiam no Brasil, na época, 47 bibliotecas públicas, “[...] sendo uma federal, 16 estaduais e 30 municipais” (MEDEIROS, 2010, p. 25).

Em 1926, foi desenvolvida a biblioteca pública de maior importância no Brasil até em então. A Biblioteca Municipal de São Paulo foi criada pela iniciativa de Mário de Andrade e, ainda hoje, é a maior biblioteca pública do país (MEDEIROS, 2010).

Entre 1937 a 1990, o órgão responsável pela gestão de bibliotecas públicas foi o Instituto Nacional do Livro (INL), que será abordado mais profundamente no quarto capítulo, tendo como meta a criação de bibliotecas públicas e o fomento das já existentes. Apesar do relativo sucesso na inauguração de bibliotecas públicas, “[...] em 1938, havia 78 delas no Brasil; em 1945, eram 332”, o instituto atuou “[...] mais no sentido de suprir as bibliotecas públicas com grandes quantidades de livros do que no fortalecimento institucional da sua função” (MEDEIROS, 2010, p. 29).

Em 1961, foi criado o Sistema Nacional de Bibliotecas (SNB), subordinado ao Ministério da Educação e da Cultura, que tinha como objetivo melhorar a gestão das bibliotecas públicas brasileiras. Contudo, o SNB, “[...] tinha as mesmas funções que o INL possuía com relação a administração de bibliotecas. O que gerava entre o INL e o SNB uma disputa de poder enfraquecendo a atividade das Bibliotecas” (LIMA, 2014, p. 76).

Em razão deste e de outros fatores, o SNB fracassou na realização de suas funções, “[...] e o Decreto-Lei nº 62239, de 8 de fevereiro de 1968, incorporou-o ao Instituto Nacional do Livro, passando este a coordenar a política nacional de bibliotecas, tendo como meta prioritária a biblioteca pública” (SUAIDEN, 1978, p. 78).

Em 1977, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) foi implementado pelo Instituto Nacional do Livro, bem como os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBP). E, com a extinção do INL em 1990, o SNBP foi

recriado, em substituição ao INL, “por meio do Decreto Presidencial nº. 520, de 13 de maio de 1992, [...] instituído como um órgão subordinado diretamente à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), instituição vinculada ao Ministério da Cultura (MinC)” (BRASIL, [201-]d).

O SNBP tem como objetivo estimular o trabalho em rede e colaborativo, junto aos Sistemas Estaduais, das bibliotecas públicas brasileiras. No momento, o SNBP está vinculado desde 2014, pelo Decreto nº. 8297, de 15 de agosto de 2014, à Secretaria Executiva do MinC (BRASIL, [201-]d).

As ações do SNBP são baseadas nas treze metas relacionadas às bibliotecas públicas presentes no Plano Nacional de Cultura (PNC) (BRASIL, [201-]d), elaborado em 2005 e com vigência de dez anos no período de 2010 a 2020 (BRASIL, [201-]a). Dentre as treze metas, “destacam-se: Meta 32 – 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento e Meta 34 – 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados” (BRASIL, [201-]d).

Além disso, o SNBP também utiliza os dados do I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, realizado em 2010, “com o objetivo de identificar o perfil destes equipamentos culturais no Brasil” (BRASIL, [201-]d).

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é outro documento que influencia as bibliotecas públicas brasileiras. O PNLL foi instituído em 2006, e seu texto, formulado por representantes do governo e da sociedade,

[...] têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável (BRASIL, [201-]b).

Ademais, este plano está dividido em quatro eixos: 1) Democratização do acesso; 2) Fomento à leitura e à formação de mediadores; 3) Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; 4) Desenvolvimento da economia do Livro (BRASIL, [201-]b). O primeiro eixo, Democratização do acesso, é o que está mais relacionado às bibliotecas públicas, contando, inclusive, com a participação do SNBP em sua elaboração (BRASIL, [201-]d).

Segundo Frota (2014, p. 90), “[...] em 1999, 76,3% dos municípios tinham bibliotecas públicas, percentual que passou para 89,1% em 2006 e para 97,5% em 2012”. Atualmente, cerca de 98% dos municípios brasileiros possuem ao menos

uma biblioteca pública e, até 2020, segundo a Meta 32 do PNC instituído em 2010, 100% dos municípios terão, no mínimo, uma biblioteca (BRASIL, 2016).

Para garantir que a Meta 32 seja cumprida, o SNBP, junto à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), iniciou em 2013 o Projeto Mais Bibliotecas. Este projeto realiza “encontros regionais com o objetivo de mobilizar e sensibilizar os gestores públicos e a sociedade civil com vistas a ampliar o número de bibliotecas públicas no território brasileiro”, a partir de “[...] um processo de levantamento, análise e validação dos dados sobre os municípios com bibliotecas públicas no Brasil, identificando assim aqueles que continuam sem bibliotecas” (BRASIL, [201-]e).

Entretanto, ainda existe uma grande discrepância na disposição dessas bibliotecas no território nacional: das 6.102 bibliotecas públicas existentes no Brasil em 2015, 1.958 localizam-se na região sudeste e apenas 503 na região norte (BRASIL, [201-]c).

Segundo Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 121), poucas bibliotecas e iniciativas se destacam no cenário brasileiro atual,

[...] como do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com as Bibliotecas Parques da Rocinha e Manguinhos, ambas construídas em zonas de exclusão na cidade do Rio de Janeiro, as iniciativas do Governo do Estado do Acre que tem investido fortemente na construção e qualificação das bibliotecas públicas estaduais, assim como o Governo do Estado de São Paulo, com o investimento na Biblioteca de São Paulo, localizada no parque da Juventude, na área da antiga Casa de Detenção do Carandiru, na cidade de São Paulo.

Apesar do esforço, mesmo que mínimo, da criação de políticas públicas para as bibliotecas públicas brasileiras, pode-se perceber que esses projetos enfatizam, em sua maioria, o aumento da quantidade de bibliotecas e deixam a qualidade em segundo plano.

Por consequência, as bibliotecas públicas brasileiras, lamentavelmente, “[...] são antes bolorentas repartições estaduais ou municipais do que, como na América do Norte e na Europa, órgãos dinamicamente integrados em programas sistemáticos de educação, informação, cultura e lazer” (FONSECA, 2007, p. 56).

2.3 Importância e papel na sociedade

Para Covre (2002, p. 11), “[...] cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”. Entretanto, este conceito pode ser simplificado como o envolvimento de um indivíduo em uma comunidade (CORREIA, 2007). Além disso, “quanto mais consciente um cidadão for do seu papel na sociedade, mais activo será na obtenção de informação que lhe permita ser um membro de pleno direito dessa sociedade” (CORREIA, 2007).

Dessa forma, pode perceber-se que a construção da cidadania por um indivíduo acontece de forma gradual, ou seja, quanto maior for sua participação na comunidade mais estímulos e insumos o mesmo terá para potencializar sua atuação como cidadão.

A informação é o insumo primordial para que a construção da cidadania aconteça. Por isso, instituições que ofereçam informações e que instiguem o debate entre ideias e entre os indivíduos de uma comunidade são estímulos reais para a construção e manutenção da cidadania pelas pessoas. “Enfim, o local de informação pública, além dos acervos à espera do público, comporta outras possibilidades como a discussão do conhecimento e a criação de novos” (MILANESI, 2013, p. 80).

Sendo assim, é importante ressaltar a relevância desta instituição na nossa sociedade pois, “[...] no Brasil, o senso comum ainda reduz as funções sociais da biblioteca pública a um mero espaço de armazenamento de livros, acesso à leitura e de apoio à pesquisa escolar [...]” (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, 116).

A biblioteca pública pode e tem a responsabilidade de ser a principal instituição estímulo em uma sociedade pois é a “[...] porta de entrada para o conhecimento, [que] proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais” (FEDERAÇÃO..., 1994).

Além disso, “para a construção da cidadania a leitura é fundamental, cabendo às bibliotecas públicas atualizarem as suas práticas a começar pelo hábito de ler, realinhando ações de diferentes práticas que possam atender ao público”. Logo, “[...] cabe à biblioteca pública o papel de preparar leitores para a leitura crítica e que leve a mudanças” (CARVALHO, 2010).

Assim, segundo Suaiden (1995, p. 16), “a informação é o principal fator de interação entre a biblioteca pública e a comunidade e é a difusão da informação que propicia o enriquecimento da comunidade”. Por isso, é dever da biblioteca pública “reunir todo tipo de informação e difundi-la de acordo com os interesses da comunidade” (SUAIDEN, 1995, p. 82). Portanto, “se a comunidade não encontra realmente a informação que requer, o problema é muito grave, pois não é correto denominar esta instituição de ‘biblioteca pública’[...]” (SUAIDEN, 1995, p. 64).

Para que a comunidade encontre as informações que precisa na biblioteca, um dos principais serviços que essa deve fornecer é o serviço de informação à comunidade, que pode ser entendido como “[...] aquele que oferece a indivíduos e grupos a informação, orientação e assistência necessária para solucionar problemas da vida diária, incorporar-se à dinâmica social e fazer efetiva sua participação na vida democrática” (SUAIDEN, 1995, p. 80).

O serviço de informação à comunidade inclui, especialmente, a disponibilização de informações utilitárias (SUAIDEN, 1995), também denominadas informações para a sobrevivência (MILANESI, 1989). Este tipo de informação, que deve ser encontrado na biblioteca pública, tem a função de suprir as necessidades informacionais mais usuais da comunidade, que exigem respostas rápidas, “[...] não exatamente com o objetivo de resolver situações que outros órgãos não resolvem, mas de orientar, mostrando os caminhos” (MILANESI, 1989, p. 196).

Segundo Campello (1998, p. 35), informações utilitárias podem ser entendidas como

[...] informações de ordem prática, que auxiliam na solução de problemas que normalmente aparecem no cotidiano das pessoas, desde os mais simples até os mais complexos, abrangendo, por exemplo, assuntos ligados à educação, emprego, direitos humanos, saúde, segurança pública e outros.

Visto isto, fornecer informações utilitárias à comunidade é um importante serviço, senão o mais, que a biblioteca pública pode proporcionar pois ela “[...] deve ter uma identificação muito grande com sua comunidade e contribuir para resolver os problemas que são próprios à mesma comunidade” (SUAIDEN, 1995, p. 20). Além disso, “[...] o serviço de informação utilitária tem a finalidade não apenas de resolver problemas, mas, também, de ser um elemento motivador para discussões sobre a cidadania” (CAMPELLO, 1998, p. 38).

Ademais, a biblioteca pública é a única instituição na sociedade que tem a função de “[...] ser o ponto de acesso ao conhecimento organizado sem exigir que os cidadãos sejam portadores de diploma escola. Uma de suas funções é prover o indivíduo de acesso à educação continuada” (MEDEIRO, 2010, p. 20).

Além de tudo, para Fonseca (2007, p. 56), dentre todos os tipos de biblioteca, a pública pode ser considerada a primordial, porque com suas funções e serviços atuando de maneira adequada ela “[...] pode complementar as atribuições das demais categorias e até, com serviços adequados, substituir algumas delas, como a infantil e a escolar. Como costumam dizer os ingleses, ‘tudo para todos é exatamente o que a biblioteca pública deve ser’.”.

Assim sendo, a biblioteca pública é “[...] a única que possui realmente características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação como pela diversificação de seus usuários. É um centro de educação permanente para a pessoa” (SUAIDEN, 1995, p. 20).

3 DITADURA MILITAR NO BRASIL

Em uma definição simplista,

ditadura militar é o regime político no qual membros das Forças Armadas de um país centralizam política e administrativamente o poder do Estado em suas mãos, negando à maior parte dos cidadãos a participação e a decisão nas instituições estatais. (PINTO, [201-]).

Durante mais de duas décadas, entre 1964 e 1985, o Brasil passou por essa forma de governo que representou um período de grande repressão social e política, talvez o mais significativo de sua história.

Segundo Araújo (2002, p. 42), “o regime militar, instalado a partir de março de 64, caracteriza-se por um regime político autoritário, que agrega no executivo o poder de exclusão de decisão. O Estado aumentou, num grau ímpar, a sua capacidade de controle social”

Isto posto, neste capítulo apresentaremos um breve histórico da ditadura militar brasileira, sem a intenção de esgotar o assunto, para contextualização deste trabalho, dividindo-o em: o golpe, os acontecimentos de maior importância do período e a abertura política.

3.1 Golpe

Apesar de só ter obtido sucesso em 1964, o golpe que deu início a ditadura militar brasileira já estava sendo arquitetado há muito tempo, “[...] na verdade estavam dando sequência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história”, antes mesmo da proclamação da república “[...] registram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares” (CARNEIRO, 2014, p. 55).

Em 1937, a implementação do Estado Novo por Getúlio Vargas teve o auxílio dos militares. Porém, quando a ditadura de Vargas começou a incomodar os interesses estadunidenses, “setores afinados com os Estados Unidos passam a conspirar para a deposição de Getúlio, contando, para isso, com os mesmos militares que comandaram toda a repressão durante a ditadura”. Esses setores conseguem a deposição de Vargas logo após o término da Segunda Guerra Mundial, “[...] em outubro de 1945, num Golpe de Estado comandado pelo General Góis Monteiro” (CARNEIRO, 2014, p. 58-59).

Assim, quando Vargas voltou ao poder pelo voto popular, a insatisfação dos mesmos grupos que o levaram ao poder em 1937 foi expressiva porque o seu governo “[...] nem se amoldava aos interesses do monopólios estrangeiros, que crescentemente avassalavam a economia brasileira, nem ousava estimular abertamente a participação popular para impor medidas nacionalizantes” (CANEIRO, 2014, p. 59).

Por isso, planos para retirá-lo novamente do poder já estavam sendo arquitetados quando, em 24 de agosto de 1954, Vargas cometeu suicídio. Após isso, “a indignação popular amedrontou a direita militar, que se viu obrigada a interromper sua conspiração e aguardar uma nova oportunidade” (CANEIRO, 2014, p. 60).

Portanto, para Priore e Venancio (2010, cap. 29), “como se pode perceber, após 1945, as intervenções militares no sistema político não são um fato isolado, mas sim uma prática rotineira, que se repetirá em 1961, alcançando em 1964 o sucesso esperado”.

Juscelino Kubitschek foi eleito em 1956, como sucessor de Vargas. Posteriormente ao mandato de Kubitschek, Jânio Quadros foi eleito, em 1960, com uma vitória “[...] esmagadora: o candidato conseguiu 50 % de votos a mais do que o general Lott, e mais do que o dobro de Ademar Barros” (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 29).

Jânio assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1961, todavia, com menos de sete meses de governo, ele renunciou, por motivos que ainda não foram desvendados pelos pesquisadores (CARNEIRO, 2011, p. 60), e João Goulart, seu vice-presidente, assumiu o poder.

Contudo, a passagem do governo para Goulart não foi tranquila:

apontado como radical pela alta hierarquia da Forças Armadas, o vice-presidente João Goulart, principal herdeiro do nacionalismo getulista da década de 1950, teve seu nome impugnado pelos três ministros militares. Contra esse veto, levantou-se uma ampla mobilização popular em todo país. A reação mais enérgica partiu do Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola comandou uma forte pressão, nas ruas, para que fosse assegurada a posse de Goulart. (CARNEIRO, 2011, p. 60).

Por isso, novamente os militares desistiram da aplicação do golpe com receio de uma guerra civil. “No entanto, foram necessárias concessões políticas por parte de João Goulart. A mais importante delas foi a adoção do parlamentarismo [...]”, que retirava poderes do Poder Executivo. Apenas em janeiro de 1963 Goulart conseguiu

revogar o parlamentarismo e o país volta ao presidencialismo (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 30).

O governo de Goulart foi marcado “[...] pelo rápido crescimento das lutas populares”. Vários “[...] setores das classes médias urbanas vão engrossando as lutas por modificações nacionalistas, por uma nova estrutura educacional, pela Reforma Agrária e pela contenção da remessa de lucros” (CARNEIRO, 2011, p. 61).

Durante este período, as greves também aumentam criando transtornos nos serviços básicos. Além disso, “a elevada inflação da época e a instabilidade do quadro político favoreciam a pregação da direita, junto às classes médias, em favor de mudanças profundas que trouxessem um governo forte” (CARNEIRO, 2011, p. 62). Dessa forma, o presidente foi se tornando “[...] bastante impopular junto às classes médias e camadas representativas dos trabalhadores” (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 30).

No final do mês de março, poucos dias após um polêmico comício que reuniu quase 150 mil participantes, Goulart deixou que marinheiros escolhessem seu ministro, apoiando a sua revolta. “A quebra da hierarquia militar é o item que faltava para que os conspiradores conseguissem apoio da ala legalista das forças armadas” (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 30).

Enfim, entre os dias 31 de março e 01 de abril de 1964, as forças armadas triunfaram na tomada do poder do governo brasileiro. Goulart, temendo maiores represálias dos militares, não enfrentou os golpistas e, em 03 de abril de 1964 (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 30), “[...] seguiu para o exílio no Uruguai, de onde só retornaria ao Brasil para ser sepultado, em 1976” (CASTRO, [201-]).

Após o golpe, uma Junta Militar assumiu o poder, em 02 de abril de 1964, por duas semanas até a eleição do General Castelo Branco. A junta se autodenominou “Comando Supremo da Revolução”, e era composta “[...] por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do Exército e homem -forte do triunvirato” (CASTRO, [201-]).

O primeiro Ato Institucional (AI), que deveria ser o único, foi decretado durante o governo desta Junta. O AI 1 foi implementado para legalizar os desvios constitucionais e morais que o sucederam: “[...] parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos e funcionários públicos civis e militares foram demitidos ou aposentados” (CASTRO,

[201-]). Além disso, “várias das medidas do AI-1 tinham por objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso” (FAUSTO, 2001, p. 257) um indício do que estava por vir.

3.2 Governos

Nesta seção discorreremos brevemente sobre os fatos mais significativos do período da ditadura militar no Brasil, dividindo-a de acordo com cada um dos cinco militares que governaram durante esses 21 anos.

Esta divisão é importante porque, “à bem da verdade histórica, não se pode dizer que os governos militares brasileiros que se sucederam entre 1964 e 1985 foram homogêneos”. Os governos dos generais presidentes - Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo - tinham em comum, basicamente, o “anticomunismo e a rejeição à política de massas [...] De resto o regime não tinha uma ideologia ou uma política de governo constante e coesa” (NAPOLITANO, 2011, p. 210).

3.2.1 Humberto de Alencar Castelo Branco

O primeiro dos generais presidentes a assumir o governo do Brasil foi Castelo Branco. O militar tomou posse em 15 de abril de 1964, “com mandato até 31 de janeiro de 1966”, após ser eleito por meio de uma eleição indireta realizada pelo Congresso Nacional (FAUSTO, 2001, p. 259)

Castelo Branco fazia parte da corrente mais moderada dos militares, os que seguiam a mesma linha, “[...] um apego às normas legais e uma forma mais branda de tratar os inimigos da ‘revolução’”, inclusive foram apelidados de “castelistas” (FICO, 2004, p. 32).

Apesar disso, o primeiro governo militar não deixou de ser “complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder” (FICO, 2004, p. 33).

Assim, em junho 1964 foi criado o Sistema Nacional de Informação (SNI)

O Serviço tinha ramificações na máquina burocrática: as Divisões de Segurança e Informação (DSI) e também a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), instalada em cada órgão importante da

administração pública. Era uma estrutura informativa, mas não operativa, no sentido de combater diretamente a subversão. (NAPOLITANO, 2014).

No mesmo mês, como demonstração do poder da repressão, com o objetivo de conter as manifestações dos trabalhadores, foi aprovada, em junho de 1964, a Lei da Greve que proibia “[...] greves de servidores da União, greves por motivos de ordem ideológica e ocupações de locais de trabalho pelos grevistas”, limitando-a somente à questões salariais (NAPOLITANO, 2014).

Além disso, em 27 de outubro de 1965, Castelo Branco promulgou o AI 2 que teve como principais medidas: a extinção do multipartidarismo; eleição do presidente e do vice pelo Congresso Nacional; e permissão para o presidente “[...] legislar sobre assuntos relevantes através de decretos-lei [...]” (FAUSTO, 2001, p. 262).

A abolição dos partidos políticos acabou forçando “[...] na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), agrupando os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reunindo a oposição” (FAUSTO, 2001, p. 262).

Os Atos Institucionais 3 e 4 também foram decretados durante o governo Castelo Branco. O AI 3, em 05 de fevereiro de 1966, tornava as eleições para governadores dos estados em indiretas (CARNEIRO, 2011, p. 66). Já o AI 4 convocava o “[...] Congresso Nacional para de se reunir extraordinariamente [...] para discussão, votação e promulgação [...]” de uma nova Constituição (BRASIL, 1966), que foi promulgada em 24 de janeiro de 1967 e entrou em vigor em 15 de março do mesmo ano (BRASIL, 1967a), durante o governo Costa e Silva.

No decorrer deste governo, o Conselho de Segurança Nacional também foi concebido “[...] amparado por nova Lei de Segurança Nacional que substitui a Lei de 1953, tornando virtualmente todo o cidadão um vigilante e um suspeito, ao mesmo tempo, dada a gama de possíveis crimes políticos” (NAPOLITANO, 2014).

A Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, conhecida como Lei de Imprensa, que regulava “[...] a liberdade de manifestação do pensamento e de informação”, instituiu censura prévia e também foi publicado por Castelo Branco (BRASIL, 1967b).

De acordo com Napolitano (2014), “embora tenha passado à história como o maior representante da ‘ditabranda’, o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário.

3.2.2 Arthur da Costa e Silva

O general Costa e Silva, segundo a presidir o Brasil durante a ditadura militar, tomou posse em março de 1967. Ao contrário de seu antecessor, Costa e Silva era considerado “linha-dura”, ou seja, fazia parte do grupo mais rígido dos militares.

A Constituição de 1967, promulgada durante o governo Castelo Branco, mas que teve sua vigência iniciada no governo Costa e Silva, ampliava os poderes do Executivo, “[...] especialmente em matéria de segurança nacional” (FAUSTO, 2001, p. 262). Ademais, a nova constituição tornava as eleições indiretas e permitia ao presidente da República a proposição de emendas constitucionais (NAPOLITANO, 2014).

Apesar da forte repressão, parte da população que era contra o regime militar e seus efeitos não deixava de lutar pela volta da democracia. Além de greves expressivas e outras manifestações, em junho de 1968 ocorreu o evento mais emblemático da resistência popular: a passeata dos 100 mil (FAUSTO, 2001).

Entretanto, mesmo o povo demonstrando sua insatisfação com o regime, o AI 5, considerado o golpe dentro do golpe, foi baixado em 13 de dezembro de 1968 e, ao contrário dos atos anteriores, não tinha prazo de vigência. Este Ato Institucional estabeleceu recesso ao Congresso Nacional, às “seis assembleias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país” (CARNEIRO, 2011, p. 67).

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu de um derrame e precisou ser afastado do cargo. Após isso, uma junta militar, composta por alguns ministros, assumiu o comando do país impedindo que o vice-presidente civil, Pedro Aleixo, tomasse posse de seu cargo por direito (FAUSTO, 2001, p. 265).

A Junta, em apenas três meses de governo, adotou “[...] as penas de morte e banimento, tornando mais duras as punições previstas na Lei de Segurança Nacional [...]” e outorgou “[...] uma Constituição mais autoritária, que é batizada de Emenda Constitucional n. 1” (CARNEIRO, 2011, p. 67).

Ainda que Costa e Silva estivesse vivo, em outubro de 1969 ele não tinha mais expectativa de revigorar-se. Por isso, a Junta Militar marcou novas eleições, que foram realizadas pelo Congresso em 25 de outubro, elegendo o general Médici para presidência (FAUSTO, 2001, p. 266).

3.2.3 *Emilio Garrastazu Médici*

Em 30 de outubro de 1969, Médici assume o poder, com o lema “Segurança e Desenvolvimento”, e dá início ao “[...] período de mais absoluta repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana” (CARNEIRO, 2011, p. 68). É durante este governo que foram constatados “[...] os mais elevados índices de torturas, condenações e mortes” (CARNEIRO, 2011, p. 68).

Estes índices foram mais elevados neste período pois, após 1969, instituiu-se o sistema que “[...] implantou uma polícia política bastante complexa no país - que mesclava polícia civil, polícia militar, militares das três forças e até mesmo bombeiros e polícia feminina [...]” (FICO, 2004, p. 35): o Sistema de Destacamentos de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna, conhecido como Doi-Codi (NAPOLITANO, 2014), “[...] responsável pelos principais episódios de tortura e extermínio” (FICO, 2004, p. 35).

Segundo Boris Fausto (2001, p. 267), “por outro lado, a oposição legal chegou a seu nível mais baixo no governo Médici, como resultado das condições econômicas favoráveis, da repressão e, em menor escala, da campanha pelo voto nulo”. Além disso, a maior parte “[...] da população vivia um dia-a-dia aceitável nesses anos de prosperidade econômica” (FAUSTO, 2001, p. 267).

Médici também iniciou durante seu governo a construção da ponte Rio-Niterói (CARNEIRO, 2011, p. 68), “[...] a campanha ‘Brasil, grande potência’ e também, com a abertura da Transamazônica, tenta reviver a euforia da época da construção de Brasília” (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 31). Porém, o projeto de construção da Transamazônica, que pretendia “[...] assegurar o controle brasileiro da região [...], após provocar muita destruição e engordar as empreiteiras, a obra resultou em um fracasso” (FAUSTO, 2001, p. 270).

Foi também neste governo que o período conhecido como “milagre econômico” teve início, estendendo-se até 1973 (FAUSTO, 2001, p. 268). Nesse ínterim, “[...] o Brasil cresceu a uma taxa média de 11% ao ano, chegando a quase 14% em 1973” (NAPOLITANO, 2014).

Entretanto, no fim do ano de 1973 e do governo Médici, a ilusão do milagre econômico se desfaz com o advento da “[...] crise internacional, após o aumento de preços do petróleo [...] A crise revelava a fragilidade financeira e a dependência

brasileira dos insumos básicos da economia, como o petróleo” (NAPOLITANO, 2014).

3.2.4 *Ernesto Geisel*

Geisel foi o primeiro general-presidente eleito, em janeiro de 1974, pelo “[...] Colégio Eleitoral, composto de membros do Congresso e delegados das Assembléias Legislativas dos Estados”, criado por uma emenda constitucional, tomando posse em 15 de março de 1974 (FAUSTO, 2001, p. 270).

Em 1975, Geisel instituiu o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha o prazo de cinco anos, com o propósito de “[...] reequilibrar as finanças e combater a inflação” e “[...] colocava no centro do palco da industrialização brasileira a grande empresa estatal”, investimentos em empresas como a Petrobras “[...] eram, a rigor, o sustentáculo do programa” (FAUSTO, 2001, p. 273-274).

Mesmo apoiando a abertura política, Geisel cede a pressão dos militares linha-dura e, em 1976, promulga a Lei Falcão que proibia, “[...] em programas eleitorais televisivos, o debate e a exposição oral de propostas e críticas ao regime” (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 31).

Em abril de 1977, insatisfeito com a força do partido da oposição nas últimas eleições e “[...] com o fracasso das pressões governistas junto ao MDB para que fosse aprovado um sistema de reformulação do sistema judiciário brasileiro [...], Geisel fecha o Congresso Nacional e baixa o chamado ‘Pacote de Abril’” (CARNEIRO, 2011, p. 71).

O Pacote de Abril redefiniu “[...] o Colégio Eleitoral que elegia indiretamente os governadores [...]”, ampliou o mandato do presidente para seis anos e criou os chamados “senadores biônicos”, que eram escolhidos pelo governo (CARNEIRO, 2011, p. 71).

Enquanto marco deste governo - e do início da abertura política -, houve também a anulação do AI 5, considerado o retrato da ditadura militar no Brasil, em 1979, “[...] restaurando-se assim os direitos individuais e a independência do Congresso” (FAUSTO, 2001, p. 272).

O presidente, considerado “castelista”, deu início da abertura política que “[...] definiu como lenta, gradual e segura”. Entretanto, a abertura acabou sendo nada

segura: a ameaça da linha-dura em manter o regime militar era intensa e Geisel “[...] desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder” (FAUSTO, 2001, p. 270-271).

3.2.5 *João Baptista de Oliveira Figueiredo*

O último general presidente foi eleito em 14 de outubro de 1978, pelo Colégio Eleitoral. Figueiredo também fazia parte da linha mais moderada dos militares, os “castelistas” (FAUSTO, 2001, p. 277). Este governo “[...] combinou dois traços que muitos consideravam de convivência impossível: ampliação da abertura política e o aprofundamento da crise econômica” (FAUSTO, 2001, p. 278).

Figueiredo tomou posse em 15 de março de 1979, “[...] num quadro em que a crise econômica se agrava e as modificações constitucionais legadas por Geisel criam brechas para o crescimento das pressões democráticas” (CARNEIRO, 2011, p. 75).

Dessa forma, em agosto de 1979, a aprovação pelo Congresso da Lei da Anistia atestou o avanço da abertura política no governo Figueiredo. Entretanto, esta lei apresentava “[...] restrições e fazia uma importante concessão à linha dura, ao abranger os responsáveis pela prática da tortura. De qualquer forma, ela possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades políticas” (FAUSTO, 2001, p. 280).

A ânsia dos militares mais conservadores pela manutenção da ditadura ocasionou um triste episódio. Em abril de 1981, numa tentativa de atentado a um evento musical, na véspera do dia dos trabalhadores, que acontecia no RioCentro (CARNEIRO, 2011, p. 72), “[...] explodem duas bombas no interior de um automóvel. Dentro do veículo estavam um sargento e um coronel do exército” (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 32).

No mesmo ano, teve início “[...] uma grave recessão que se estende por três anos” (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 32) e “[...] teve pesadas consequências. Pela primeira vez desde 1947, quando os indicadores do PIB começaram a ser estabelecidos, o resultado em 1981 foi negativo, assinalando queda de 3,1%” (FAUSTO, 2001, p. 279).

A alta inflação, chegando ao “índice anual de 110,2% [...]. Desenhou-se naqueles anos um quadro de ‘estagflação’, combinando estagnação econômica e inflação”. Apesar disso, “a partir de 1984 a economia se reativou, puxada principalmente pelo crescimento das exportações, com destaque para os produtos industrializados” (FAUSTO, 2001, p. 279).

Como prenúncio da abertura política, as eleições diretas para vereadores e governadores aconteceram em novembro de 1982, pela primeira vez depois de 1965. Mesmo com algumas restrições, “[...] a campanha eleitoral possibilitou um amplo debate [...] [e] mais de 48 milhões de brasileiros foram às urnas [...]” (FAUSTO, 2001, p. 281).

O movimento popular pela abertura política e por eleições diretas ganha força, “a campanha pelas Diretas Já consegue grande adesão popular, sendo registrados comícios com até um milhão de pessoas” (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 32).

Em 1984, uma emenda que restabeleceria a eleições diretas para presidente foi aprovada (PRIORE; VENANCIO, 2010, cap. 32), porém “[...] não obteve os votos necessários para uma alteração constitucional” (FAUSTO, 2001, p. 282). Apesar disso, a eleição indireta dependia do Colégio Eleitoral e não “[...] passava pela corporação militar, embora os militares tivessem algum peso na decisão” (FAUSTO, 2001, p. 282).

Contudo, mesmo com a forte pressão militar, em 15 de janeiro de 1985, foi eleito o primeiro presidente civil desde a instauração da ditadura militar no Brasil. Tancredo Neves foi eleito presidente e José Sarney vice-presidente. “Por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder” (FAUSTO, 2001, p. 283).

3.3 Abertura

Como explicitado na seção anterior, o primeiro presidente civil eleito após o golpe de 1964 foi Tancredo Neves. Entretanto, antes mesmo de tomar posse, Tancredo ficou doente e seu vice, Sarney, assumiu o poder em 15 de março de 1985, “em uma situação que se acreditava fosse transitória” (FAUSTO, 2001, p. 285). Porém, em 21 de abril de 1985, o presidente eleito faleceu e “Sarney começou a governar sob forte presença da figura de Tancredo Neves, nomeando o ministério escolhido por este” (FAUSTO, 2001, p. 285).

José Sarney, em uma tentativa de driblar a alta inflação, anunciou em 28 de fevereiro de 1986 o Plano Cruzado, substituindo o cruzeiro “[...] por uma nova moeda forte - o cruzado - na proporção de 1000:1 [...]” (FAUSTO, 2001, p. 287). Além disso, os preços, as taxas de câmbio e os aluguéis foram congelados.

Entretanto, com o congelamento dos preços o consumo foi estimulado e, “em consequência, o congelamento começou a ser violado”. Fora isso, o “[...] impulso às importações decorrentes do fortalecimento artificial da moeda brasileira”, gerou uma instabilidade nas contas externas. Em novembro de 1986, o Plano Cruzado já havia fracassado (FAUSTO, 2001, p. 288).

Em 1988, deu-se o feito mais emblemático da abertura política: a publicação da Constituição de 1988. A nova constituição começou a ser elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte em 1º de fevereiro de 1987, “os trabalhos da Constituinte foram longos, tendo-se encerrado formalmente a 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição” (FAUSTO, 2001, p. 288).

Finalmente, nas eleições de 1989, as primeiras diretas desde 1960, quando se elegeu Jânio Quadros, Fernando Collor foi eleito presidente da república. Dessa forma, o fim da Ditadura Militar no Brasil foi concretizado e a democracia voltou a fazer parte da política brasileira.

4 INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

O Instituto Nacional do Livro foi o órgão responsável pela gestão das bibliotecas públicas durante 1937 a 1990. Dessa forma, ao longo do período tratado neste trabalho, 1964 a 1985, as bibliotecas públicas estavam sob a administração deste órgão e sua seção passou por três gestões (MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014).

Para Araújo (2002, p. 12), “a compreensão da relação entre Estado autoritário e biblioteca pública, no Brasil, passa necessariamente pela análise da atuação social do INL”. Assim, neste capítulo discorreremos sobre a origem, objetivos, funções e sobre a Seção das bibliotecas, departamento do INL responsável pelas bibliotecas públicas.

4.1 Origem

O então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema,

na década de 1930, [...] decidiu estabelecer uma comissão para elaborar um plano para a organização e a publicação de uma enciclopédia brasileira pela Biblioteca Nacional (BL) [...]. Como a tarefa seria grande, a comissão julgou necessária a criação de um órgão responsável para a execução das diversas demandas envolvidas naquela produção. Assim teve início o Instituto Cayru, precursor do Instituto Nacional do Livro (INL). (LEITÃO, 2011, p. 145).

Logo, o INL foi criado, durante o Estado Novo, pelo Decreto-lei nº 93, em 21 de dezembro de 1937, sancionado pelo então presidente Getúlio Vargas. Este decreto transformava o então Instituto Cayru, criado em janeiro do mesmo ano e que se destinava “à organização da Encyclopédia brasileira e ao Dicionário da Língua Nacional” (ARAÚJO, 2002, p. 28), no Instituto Nacional do Livro, lotado no prédio da Biblioteca Nacional (BRASIL, 1937).

A idealização deste instituto também teve como responsável Capanema que, em uma carta direcionada à Vargas, explicitou a necessidade da criação do INL. Nesta carta destaca-se o seguinte trecho:

É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. (CAPANEMA *apud* ARAÚJO, 2002, p. 31).

A partir desse trecho, pode-se perceber a finalidade controladora e tendenciosa para qual o INL foi criado: controlar as edições e distribuição de livros no país e, conseqüentemente, a disponibilidade dos mesmos ao público. Dessa forma, segundo Araújo (2002, p. 20), “as condições sociais que levaram à criação de várias outras instituições culturais nesse período – a necessidade de legitimação social do regime político autoritário instalado”, na época, o Estado Novo.

Ainda neste trecho,

[...] fica explícita a abertura dada para um discurso da intolerância, a partir do momento em que Capanema enfatizou o papel fundamental do livro e, ao mesmo tempo, alertou que o Estado não deveria permitir que ele se tornasse o ‘instrumento do mal’. [...]. Observamos que nessa questão da vigilância sobre o livro, o Estado estava realmente preocupado com o conteúdo e não com a estrutura das bibliotecas. (LEITÃO, 2011, p. 146)

Apesar disso, o Instituto Nacional do Livro foi o primeiro órgão criado “em nível nacional, que teve como objetivos o incentivo, a organização e manutenção de bibliotecas públicas em todo território nacional” (TARAPANOFF; SUAIDEN, 1995, p. 151).

4.2 Objetivos e funções

Além dos objetivos e funções herdados do Instituto Cayru – elaborar uma enciclopédia brasileira e o dicionário da língua nacional, como citados anteriormente –, o Instituto Nacional do Livro deveria também “editar obras raras, melhorar, aumentar e baratear a edição de livros no país e facilitar a importação de livros estrangeiros”, bem como incentivar a “organização e manutenção de bibliotecas públicas em todo o país” (ARAÚJO, 2002, p. 33).

No decreto-lei que criou o INL, esses objetivos foram elencados da seguinte maneira:

- Art. 2º Competirá ao Instituto Nacional do Livro;
- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
 - b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
 - c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros

d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (BRASIL, 1937).

Para Araújo (2002, p. 33), “a colocação de três itens sobre o livro e apenas um para biblioteca pública e a colocação do mesmo em último lugar é um fato significativo”, indicando que o objetivo principal do instituto era a publicação de livros. “Assim o I.N.L. é considerado tanto pelo Estado como pelos escritores o representante do livro (editoração, distribuição, comercialização, distribuição) ” (ARAÚJO, 2002, p. 36).

Isto posto, fica evidente que a principal atuação do Instituto Nacional do Livro não era em prol de desenvolver bibliotecas públicas que fossem, de fato, para a população. Dessa forma, o INL contribuiu para “a mecanização e pasteurização de acervos públicos por meio de distribuição de pacotes prontos, definindo aquilo que os usuários devem ler” (LEITÃO, 2011, p. 31-32).

Além disso, o mesmo decreto determinava a criação de três seções técnicas que seriam responsáveis por grande parte das funções do instituto. As seções eram denominadas Seção de Enciclopédia e do Dicionário, Seção das Publicações e Seção das Bibliotecas (BRASIL, 1937), sendo esta última a responsável pelo gerenciamento das bibliotecas públicas.

4.3 Gestão das Bibliotecas Públicas pelo INL

Durante a Ditadura Militar, a direção do Instituto Nacional do Livro passou por quatro pessoas: até 1967 Augusto Meyer; de 1967 a 1969 Humberto Peregrino; de 1970 a 1974 Maria Alice Barroso; e de 1974 a 1985 Herberto Sales (OLIVEIRA, 1994, p. 87).

Entretanto, considera-se apenas as três últimas gestões como de grande importância durante a Ditadura Militar, pois “cada uma delas apresentou diferentes planos e concepções a ser implementados, o que causou alguma descontinuidade durante o período no que diz respeito à biblioteca pública” (MEDEIROS; ALMEIDA; VAZ, 2014, p. 46).

Portanto, neste tópico trataremos das políticas concebidas para as bibliotecas públicas pelo INL, das diferentes políticas em cada direção no período delimitado e de seus efeitos sobre as bibliotecas públicas brasileiras.

4.3.1 1967-1969

Em 1967, foi lançado o Diagnóstico Preliminar da Cultura (DPC) que propunha, além de outros objetivos para a área da cultura no Brasil, uma reestruturação do INL (ARAÚJO, 2002, p. 44-45). Este diagnóstico atestou alguns problemas nas bibliotecas públicas brasileiras: “[...] os acervos advindos de doações estavam desatualizados, tinham localização inadequada e instalações precárias, além de deficiências [...]” de recursos em geral (MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014, p. 46).

Além disso, o DPC também recomendava a criação de mais bibliotecas, uma em cada município, para estimular a indústria editorial e de papel. Dessa forma, “[...] observa-se a manutenção da preocupação com políticas voltadas na verdade para a edição de livros e não para a leitura e a biblioteca pública” (MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014, p. 46).

Ademais, de acordo com Araújo (2002, p. 46), “a relação do Estado como assimilador da cultura (no caso do I.N.L., o leitor e/ou usuário das bibliotecas públicas) não é citada neste documento” e a maior relevância “dada ao livro faz com que a questão das bibliotecas públicas seja colocada como tarefa correlata” (ARAÚJO, 2002, p. 47).

Outro importante acontecimento durante a gestão de Humberto Peregrino, com objetivo de unificar a administração das bibliotecas (OLIVEIRA, 1994, 99), foi a incorporação do Sistema Nacional de Bibliotecas - criado em 1961, pelo Decreto-Lei nº 51.223 (SUAIDEN, 1995, p. 30) - ao INL pelo Decreto-Lei nº 62.239, de 8 de fevereiro de 1968 “[...] passando este a coordenar a política nacional de bibliotecas, tendo como meta prioritária a biblioteca pública” (TARAPANOFF; SUAIDEN, 1995, p. 152).

Assim, o Instituto Nacional do Livro passou a ser o único órgão brasileiro responsável pelas bibliotecas públicas (MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014, p. 47) e, após essa incorporação, registrou-se “[...] o fortalecimento da malha de bibliotecas por meio da ação de convênios com os municípios”, além do “estabelecimento da política de coedições, em detrimento da aquisição de livros” mudando, dessa forma, o suprimento de livros fornecidos às bibliotecas (MEDEIROS, 2010, p. 28).

4.3.2 1970-1974

A função da biblioteca pública como extensão da escola intensificou-se a partir de 1971, com a Lei nº 5.692, “que reformou o ensino de 1º e 2º graus, tornando obrigatória a pesquisa por parte do estudante” (TARAPANOFF; SUAIDEN, 1995, p. 153). Assim, como a maioria absoluta das escolas não possuía biblioteca, a biblioteca tornou-se uma instituição que servia majoritariamente à classe estudantil, dando apoio a educação formal.

Por esse motivo, a gestão da bibliotecária Maria Alice Barroso foi marcada pela “transferência da política do livro e das bibliotecas da esfera cultural, onde estava abrigada até o final dos anos 60, para área educacional” (OLIVEIRA, 1994, p. 106).

Além disso, Barroso entendia que a biblioteca pública deveria ter como principal objetivo apoiar a educação escolar. Dessa forma, a ideia de que a biblioteca pública deveria funcionar como biblioteca escolar foi estabelecida (OLIVEIRA, 1994, p. 106-7). Segundo Medeiros (2010, p. 28), “as bibliotecas públicas devem participar efetivamente da educação formal como parceira, e não como uma continuação canhestra das salas de aula”.

No decorrer desta gestão, em 1971, o INL desenvolveu o Programa Nacional do Livro (PNL) que “abrangeu dois subprojetos: o do livro didático e o do livro literário” (OLIVEIRA, 1994, p. 108). Este programa implementou o regime de coedição pelo INL, no qual o instituto tinha poder de selecionar as obras editadas “a partir dos interesses definidos por seus futuros leitores”. O regime de coedição também possibilitou uma distribuição de livros didáticos, para apoio às pesquisas solicitadas pela escola, mais simples e eficaz. (OLIVEIRA, 1994, p. 108).

4.3.3 1974-1985

Durante a gestão de Herberto Sales, em 1976, os programas de livros didáticos foram transferidos do Instituto Nacional do Livro para a Fundação Nacional de Material Escolar. “Uma transferência que, segundo Emir Suaiden, bibliotecário e diretor adjunto entre 1975 e 1985, esvaziou o instituto e retirou muito de seu poder, prestígio e recursos” (OLIVEIRA, 1994, p. 122).

Entretanto, em 1977, como o marco desta gestão, deu-se início “a implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas [...] com o objetivo de realizar um planejamento integrado, cooperativo e racionalizado” (FREITAS; SILVA, 2014, p. 138) e, dessa forma, solucionar os problemas das bibliotecas públicas padronizando em nível nacional as técnicas e os serviços oferecidos pelas mesmas e criando uma rede de apoio entre elas (TARAPANOFF; SUAIDEN, 1995, p. 153).

O SNBP “[...] preocupou-se com as funções sociais e os principais problemas administrativos, técnicos e humanos das bibliotecas públicas. [...] Sua principal preocupação era acompanhar o desenvolvimento sócio-cultural do país” (TARAPANOFF; SUAIDEN, 1995, p. 154).

Além disso, o projeto do SNBP propunha que fosse criado em cada estado “[...] o seu Sistema Estadual de Biblioteca Pública” (MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014, p. 49). Dessa forma,

pretendia-se que as bibliotecas públicas brasileiras deixassem de funcionar isoladamente, como o vinham fazendo, estabelecendo-se um sistema institucionalizado de colaboração mútua que levasse a um maior rendimento dos recursos empregados (SUAIDEN, 1995, p. 38).

Assim, “[...] a coordenação, acompanhamento e controle das bibliotecas públicas municipais passaram a ser feitos pela coordenação estadual [...]” e essa abastecia o INL com informações “[...] sobre o andamento do sistema, sugestões e dificuldades” (OLIVEIRA, 2002, p. 129).

Para Oliveira (1994, p. 124), no decorrer desta gestão “o Instituto reforçou a função da biblioteca pública como guardião da cultura, relegando a segundo suas possibilidades como agência de informação a serviço da população”.

Dessa forma, percebe-se que a biblioteca pública não exerceu de fato suas funções, de acordo com os conceitos apresentados anteriormente, durante o período da ditadura militar brasileira, funcionando predominantemente como biblioteca escolar e ignorando as necessidades reais da população brasileira.

5 “CONHECIMENTO É PODER. INFORMAÇÃO É LIBERTADORA”: bibliotecas públicas no decorrer da Ditadura Civil Militar do Brasil

A frase escolhida como título deste capítulo foi proferida por Kofi Annan - sétimo secretário geral da Nações Unidas e vencedor do Nobel da paz em 2001 (KOFI..., 2016) - em 1997, durante a conferência *Global Knowledge* ocorrida em Toronto, Canadá (IF..., 1997).

Segundo Kofi Annan, a informação e o conhecimento são elementos essenciais para a prosperidade da democracia e para o extermínio das desigualdades em todo mundo (IF..., 1997). “Informação e liberdade são indivisíveis. A revolução da informação é impensável sem democracia e verdadeira democracia é inimaginável sem a liberdade de informação” (IF..., 1997, tradução nossa).

De acordo com o historiador Boris Fausto (2001, p. 309),

devidos entender por democracia não apenas a participação nas eleições, de tempos em tempos, sem negar com isso a importância da transformação do Brasil em uma democracia de massas. Trata-se de abrir espaços para a participação democrática em diferentes níveis de atividade, que vão desde o enfrentamento dos problemas específicos dos bairros aos orçamentos participativos. Trata-se ainda, no comportamento do dia-a-dia, de ter atitudes que reduzam um individualismo egoísta em favor de esforços comuns, de promover a tolerância, que passa pelo respeito das diferenças e das diversas opiniões.

Sendo assim, a fala de Annin ilustra muito bem o capítulo que ela nomeia porque neste abordaremos a situação das bibliotecas públicas no decurso da Ditadura Militar brasileira a partir do entendimento de que essa instituição é essencial para a construção da cidadania pelo indivíduo e, por consequência, para a perpetuação da democracia e das liberdades coletivas e individuais.

Para Araújo (2002, p. 65), “o período do Regime Militar se singularizou, entre outros motivos, por haver promovido várias ações e planos culturais”. Assim, como explicitado no capítulo anterior, durante o período da ditadura militar as bibliotecas públicas estavam subordinadas ao Instituto Nacional do Livro, que tinha como uma das funções fomentar a criação e manutenção dessas bibliotecas no país.

Apesar disso, as políticas desenvolvidas por essa instituição em prol das bibliotecas públicas serviram em grande parte como auxílio às novas diretrizes brasileiras para educação (MILANESI, 1989, p. 116). Além disso, para Milanesi

(1989, p. 94), “o trabalho do INL é, fundamentalmente, a distribuição de livros, o que é muito mais importante para os editores do que para as bibliotecas [...]”.

Segundo Araújo (2002, p. 65),

[...] o INL dedicou-se integralmente à questão do livro, sendo que as bibliotecas públicas se transformaram em uma questão circunstancial. O resultado de tal política é uma situação em que as inúmeras bibliotecas públicas criadas têm uma utilidade limitada ou quase nula; servem a um público restrito e o fazem de forma anacrônica, pois os acervos, as instalações, os mobiliários e os funcionários são precários.

Dessa forma, fica evidente que as bibliotecas públicas eram receptoras de livros didáticos e de enciclopédias e atuavam, principalmente como bibliotecas escolares, já que as mesmas eram escassas, apoiando os estudantes, “[...] que a frequentam porque é necessário”, nas pesquisas solicitadas pela escola (MILANESI, 1989, p. 142-143). Logo, de acordo com Oliveira (1994, p. 149), durante o regime militar, a biblioteca pública teve “[...] função de apoio à atividade educacional, transvestida que foi em biblioteca escolar”.

A censura, além da escolarização, é outro fator que afetou, talvez não do modo tradicional, as bibliotecas públicas durante o decurso da ditadura militar no Brasil. Esta é uma importante característica dos regimes autoritários pois “[...] em cenários de instabilidade e descontrole social, quando a luta pelo poder se acirra, há uma tendência em maior controle das ideias, para facilitar a uniformização da ação de controle e legitimidade da autoridade oficial” (LEITÃO, 2011, p. 29).

Por conseguinte, na Ditadura Militar brasileira a censura não se fez ausente. Logo, segundo Leitão (2011, p. 47)

[censura] é uma atitude, portanto, que visa interferir na divulgação das ideias de um autor, às vezes impedindo a publicação, outras vezes, a circulação e venda dos livros, outras ainda a guarda em bibliotecas privadas ou públicas, proibindo o acesso dos leitores. Assim, a censura resulta em um jogo de forças entre o poder político e o poder abstrato das palavras, das ideias e dos textos escritos.

Ainda que já existisse censura prévia normalizada para outras esferas culturais durante o regime militar, “a censura prévia para livros foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 1077/70 [...]”. Entretanto, como a quantidade de obras publicadas era enorme, “[...] só em 1971 foram lançados no Brasil 9.950 títulos novos [...]”, a censura prévia de todos era impossível. Assim, “a maioria da atividade

de censura em relação a livros dava-se, na prática, por denúncia” (REIMÃO, 2010, p. 276).

Felizmente, com já mencionado, as bibliotecas públicas não sofreram censura direta entre os anos 1964 e 1985, ao contrário das bibliotecas universitárias, por exemplo (LEITÃO, 2011). Entretanto, como muitas obras eram censuradas e os acervos das bibliotecas públicas, em sua maioria, dependiam dos livros que o INL fornecia, a biblioteca acabava por receber e, conseqüentemente, disponibilizar ao público apenas o que passava pelo aval do regime.

“O acervo das bibliotecas, criado a partir da orientação estatal, sugeria ao leitor: leia estas obras escolhidas se deseja ser reconhecido como cidadão” (OLIVEIRA, 1994, p. 46). Ou seja, durante o regime militar brasileiro, as bibliotecas públicas sofreram uma censura velada, que se apresentava na “[...] mecanização e pasteurização de acervos públicos por meio de distribuição de pacotes prontos, definindo aquilo que os usuários devem ler” (LEITÃO, 2011, p. 31-32).

Dessa forma, a biblioteca pública pode funcionar como um instrumento de controle da população, mesmo que não se tenha conhecimento de “[...] documentação que comprove sanções específicas para delimitar ou definir o conteúdo de seus acervos” (LEITÃO, 2011, p. 262). “Ela pode controlar a leitura dos usuários, oferecendo-lhes um acervo cujo conteúdo exalte o sistema dominante ou despreze as formas de pensamentos contrárias a tal sistema” (BRETTAS, 2010, p. 113).

Leitão (2011, p. 260) afirma que todo o descaso com as bibliotecas públicas durante o período delimitada, bem como o controle das publicações que o público poderia ter acesso “[...] causaram danos difíceis de serem superados por toda a sociedade [...]”, principalmente comprometendo “[...] a formação de uma cultura de efetiva utilização de bibliotecas [...]” pela população.

Portanto, para Brettas (2010, p. 118),

a biblioteca pública pode legitimar um sistema político dominante, quando disponibiliza um acervo constituído em acordo com interesses de determinados grupos sociais que se mantêm no poder; por outro lado, proporciona - através das atividades que incentivam a leitura, o estudo, a pesquisa e a produção de trabalhos e obras literárias, e por meio da preservação da memória e identidades locais - uma relevante contribuição cultural e educacional para a comunidade ou cidade onde atua. Assim, cria possibilidades de mudança para uma nova ordem social, mais justa e inclusiva para todos os membros.

Sendo assim, apesar de não sofrer explicitamente com a brutalidade do regime censório e do monitoramento da ditadura militar, as bibliotecas públicas foram impedidas de exercer sua função primordial: participar da educação, informalmente, de pessoas permitindo que as mesmas se tornem cidadãos e, dessa forma, garantam seus direitos civis.

6 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para a elaboração dessa pesquisa foi a realização de uma revisão de literatura a partir de uma pesquisa bibliográfica. Esta foi efetuada por meio de referências de textos coletadas nas bases de dados Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os portais *.org* e *.br* da *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Web of Science e no Google Acadêmico.

Para esta busca selecionamos os seguintes termos: Biblioteca Pública, Censura, Ditadura Militar, Regime Militar e Brasil. Além disso, a pesquisa também foi refinada através do uso do operador booleano “E”, formando as seguintes estratégias de busca: Biblioteca Pública E Ditadura Militar; Biblioteca Pública E Regime Militar; Biblioteca Pública E Censura; Biblioteca Pública E Brasil; Censura E Ditadura Militar; Censura E Regime Militar; Censura E Brasil; Ditadura Militar E Brasil; e Regime Militar E Brasil.

Em uma segunda etapa, sentimos a necessidade de mais informações a respeito do papel social da biblioteca pública. Por isso, realizamos uma nova busca, nas mesmas bases de dados citadas anteriormente, com exceção da Web of Science pois o acesso pela Universidade extinguiu-se, utilizamos as seguintes combinações de termos: Biblioteca Pública E Papel Social; Biblioteca Pública E Informação E Comunidade; Biblioteca Pública E Cidadão; Biblioteca Pública E Cidadania; Biblioteca Pública E Inclusão; Biblioteca Pública E Cultura.

A pesquisa foi realizada durante os meses de março e setembro de 2016 e, apesar das diversas bases consultadas e das estratégias de busca, foram recuperadas, em geral, poucas referências, que apresentaremos nos resultados, com boa relevância ao tema. Obviamente, um número maior de resultados foi obtido através da busca realizado na Web of Science (busca realizada com os termos traduzidos para o inglês) e no Google Acadêmico.

Além disso, em uma tentativa de recuperar referências mais pertinentes, foi realizada uma busca em cada base de dados supracitada combinando três descritores e dois operadores: Biblioteca Pública E Ditadura Militar E Brasil (Scielo.org, Scielo.br, BRAPCI e Google Acadêmico); Biblioteca Pública E Regime Militar E Brasil (Capes); e Public Library AND Military Dictatorship AND Brazil (Web

of Science). Nesse último esforço, como previsto, a quantidade de resultados obtidos caiu drasticamente, mas a precisão dos mesmos foi maior.

Apesar dos poucos resultados obtidos, optou-se por manter a restrição da busca através do operador booleano “E” para que os resultados obtidos fossem mais pertinentes, evitando, assim, a ausência de precisão dos mesmos e otimizando o limitado tempo para a realização da pesquisa e elaboração do trabalho.

7 RESULTADOS E ANÁLISES

Neste capítulo apresentaremos, através de quadros, os resultados quantitativos das estratégias de busca mencionadas no capítulo anterior uma vez que se indicou a parca produção acadêmica relacionada e, principalmente, de grande relevância ao tema deste trabalho.

A primeira base de dados escolhida para a realização das pesquisas foi a *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), com o domínio .org. Logo após, foi realizado um levantamento bibliográfico, com as mesmas estratégias de buscas, no *site* brasileiro da Scielo, domínio .br. Nos dois quadros a seguir apresentaremos o número de resultados obtidos nestas bases, a diferença da quantidade dos mesmos foi relativamente expressiva, visto que as bases têm a mesma origem.

Quadro 1: Estratégias de busca e resultados na base de dados Scielo.org

BASE DE DADOS SCIELO.ORG			
Descritor 1	Operador	Descritor 2	Nº de resultados
Biblioteca pública	E	Ditadura militar	0
Biblioteca pública	E	Regime militar	0
Biblioteca pública	E	Censura	1
Biblioteca pública	E	Brasil	8
Censura	E	Ditadura militar	5
Censura	E	Regime militar	7
Censura	E	Brasil	18
Ditadura militar	E	Brasil	56
Regime militar	E	Brasil	37

Fonte: A autora (2016).

Quadro 2: Estratégias de busca e resultados na base de dados Scielo.br

BASE DE DADOS SCIELO.BR			
Descritor 1	Operador	Descritor 2	Nº de resultados
Biblioteca pública	E	Ditadura militar	0
Biblioteca pública	E	Regime militar	0
Biblioteca pública	E	Censura	0
Biblioteca pública	E	Brasil	4
Censura	E	Ditadura militar	3
Censura	E	Regime militar	2
Censura	E	Brasil	30
Ditadura militar	E	Brasil	33
Regime militar	E	Brasil	13

Fonte: A autora (2016).

A terceira base de dados escolhida para o levantamento bibliográfico foi a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), que reúne publicações de mais de cinquenta periódicos científicos da área. Entretanto, mesmo com a proximidade da temática do tema com a área coberta pela base de dados, um número ainda menor de resultados foi obtido, como pode-se observar no quadro a seguir.

Quadro 3: Estratégias de busca e resultados na base de dados BRAPCI

BASE DE DADOS BRAPCI			
Descritor 1	Operador	Descritor 2	Nº de resultados
Biblioteca pública	E	Ditadura militar	0
Biblioteca pública	E	Regime militar	0
Biblioteca pública	E	Censura	0
Biblioteca pública	E	Brasil	2

BASE DE DADOS BRAPCI (continuação)			
Censura	E	Ditadura militar	1
Censura	E	Regime militar	0
Censura	E	Brasil	6
Ditadura militar	E	Brasil	3
Regime militar	E	Brasil	0

Fonte: A autora (2016).

Em sequência, a próxima base de dados onde realizou-se o levantamento bibliográfico foi o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Devido à grande cobertura temática e ao grande número de periódicos disponibilizados, nesta base a quantidade de resultados aumentou notadamente, como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4: Estratégias de busca e resultados na base de dados Portal de periódicos da CAPES.

BASE DE DADOS PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES			
Descritor 1	Operador	Descritor 2	Nº de resultados
Biblioteca pública	E	Ditadura militar	2
Biblioteca pública	E	Regime militar	0
Biblioteca pública	E	Censura	1
Biblioteca pública	E	Brasil	28
Censura	E	Ditadura militar	41
Censura	E	Regime militar	39
Censura	E	Brasil	163
Ditadura militar	E	Brasil	389
Regime militar	E	Brasil	296

Fonte: A autora (2016).

A penúltima base de dados escolhida para realizar a busca através das mesmas estratégias apresentadas anteriormente foi o Google Acadêmico. A escolha dessa base deu-se graças à sua ampla cobertura temática e referencial. Obviamente, os resultados obtidos foram imensamente maiores do que nas outras bases escolhidas, como apresentado no quadro adiante.

Quadro 5: Estratégias de busca e resultados na base de dados Google Acadêmico

BASE DE DADOS GOOGLE ACADÊMICO			
Descritor 1	Operador	Descritor 2	Nº de resultados
Biblioteca pública	E	Ditadura militar	5.280
Biblioteca pública	E	Regime militar	1.230
Biblioteca pública	E	Censura	973
Biblioteca pública	E	Brasil	16.500
Censura	E	Ditadura militar	16.300
Censura	E	Regime militar	13.000
Censura	E	Brasil	68.200
Ditadura militar	E	Brasil	45.700
Regime militar	E	Brasil	32.600

Fonte: A autora (2016).

A base de dados Web of Science foi escolhida por seu prestígio no meio acadêmico, bem como pela qualidade das referências obtidas nela. Nessa base foram realizadas buscas com as mesmas estratégias, apenas traduzindo os descritores para inglês visto que essa base indexa suas referências neste idioma. Os números dos resultados obtidos encontram-se no quadro a seguir.

Quadro 6: Estratégias de busca e resultados na base de dados Web of Science

BASE DE DADOS WEB OF SCIENCE			
Descritor 1	Operador	Descritor 2	Nº de resultados
Public library	AND	Dictatorship	17
Public library	AND	Censorship	2
Public library	AND	Brazil	10
Censorship	AND	Dictatorship	91
Censorship	AND	Brazil	32
Military dictatorship	AND	Brazil	139
Military regime	AND	Brazil	95

Fonte: A autora (2016).

Como última estratégia de busca nesta primeira etapa do levantamento bibliográfico, optou-se por buscar uma combinação de três descritores e de dois operadores em todas as bases utilizadas anteriormente. Com estratégia mais restrita, evidentemente, o número de resultados caiu radicalmente, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 7: Estratégias de busca com três descritores e dois operadores em diversas bases

BUSCA COM TRÊS DESCRITORES E DOIS OPERADORES						
BASE	Desc. 1	Op. 1	Desc. 2	Op. 2	Desc. 3	Resultados
SCIELO.ORG	Biblioteca pública	E	Dictadura militar	E	Brasil	0
SCIELO.BR	Biblioteca pública	E	Dictadura militar	E	Brasil	0
BRAPCI	Biblioteca pública	E	Dictadura militar	E	Brasil	0
CAPES	Biblioteca pública	E	Regime militar	E	Brasil	1

BUSCA COM TRÊS DESCRITORES E DOIS OPERADORES (continuação)						
GOOGLE ACADÊMICO	Biblioteca pública	E	Ditadura militar	E	Brasil	1.210
WEB OF SCIENCE	Public library	AND	Military dictatorship	AND	Brazil	0

Fonte: A autora (2016).

Durante o desenvolvimento do trabalho sentiu-se necessidade de mais informações sobre o papel da biblioteca pública na construção de uma consciência cidadã pelos indivíduos e a importância dessa construção para a sociedade como um todo. Por isso, foi realizado um novo levantamento bibliográficos, com novas estratégias de busca, nas mesmas bases de dados utilizadas anteriormente, exceto a Web of Science pois seu acesso pela Universidade expirou.

Novamente, as primeiras bases de dados utilizadas foram a Scielo.org e .br. Dessa vez, um número ainda menor de resultados foi obtido, porém as referências foram melhor aproveitadas.

Quadro 8: Novas estratégias de busca e resultados na base de dados Scielo.org

BASE DE DADOS SCIELO.ORG					
Desc. 1	Op. 1	Desc. 2	Op. 2	Desc. 3	Resultados
Biblioteca pública	E	Papel social	-	-	10
Biblioteca pública	E	Cidadão	-	-	1
Biblioteca pública	E	Cidadania	-	-	6
Biblioteca pública	E	Inclusão	-	-	16
Biblioteca pública	E	Cultura	-	-	19
Biblioteca pública	E	Informação	E	Comunidade	6

Fonte: A autora (2016).

Quadro 9: Novas estratégias de busca e resultados na base de dados Scielo.br

BASE DE DADOS SCIELO.BR					
Desc. 1	Op. 1	Desc. 2	Op. 2	Desc. 3	Resultados
Biblioteca pública	E	Papel social	-	-	1
Biblioteca pública	E	Cidadão	-	-	0
Biblioteca pública	E	Cidadania	-	-	3
Biblioteca pública	E	Inclusão	-	-	2
Biblioteca pública	E	Cultura	-	-	5
Biblioteca pública	E	Informação	E	Comunidade	2

Fonte: A autora (2016).

A pesquisa na base de dados BRAPCI resultou em um maior número de referências comparado às bases citadas anteriormente. Entretanto, não houve surpresa com esta resposta porque a BRAPCI é especializada em Ciência da Informação, área do conhecimento que tem grande relação com o tema desta monografia.

Quadro 10: Novas estratégias de busca e resultados na base de dados BRAPCI

BASE DE DADOS BRAPCI					
Desc. 1	Op. 1	Desc. 2	Op. 2	Desc. 3	Resultados
Biblioteca pública	E	Papel social	-	-	7
Biblioteca pública	E	Cidadão	-	-	10
Biblioteca pública	E	Cidadania	-	-	12
Biblioteca pública	E	Inclusão	-	-	14
Biblioteca pública	E	Cultura	-	-	76
Biblioteca pública	E	Informação	E	Comunidade	31

Fonte: A autora (2016).

Na base de dados da CAPES um número grande de resultados foi obtido, já que essa base abrange diversas áreas do conhecimento e produções científicas em diversas línguas.

Quadro 11: Novas estratégias de busca e resultados na base de dados Portal de Periódicos da CAPES

BASE DE DADOS PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES					
Desc. 1	Op. 1	Desc. 2	Op. 2	Desc. 3	Resultados
Biblioteca pública	E	Papel social	-	-	2.712
Biblioteca pública	E	Cidadão	-	-	288
Biblioteca pública	E	Cidadania	-	-	333
Biblioteca pública	E	Inclusão	-	-	447
Biblioteca pública	E	Cultura	-	-	3.699
Biblioteca pública	E	Informação	E	Comunidade	23

Fonte: A autora (2016).

Por fim, a última pesquisa realizada foi no Google Acadêmico, base de dados que referencia produções científicas de quase toda a Internet Superficial. Assim, nessa base, o número de resultados obtidos na segunda fase da pesquisa foi enorme, tornado mais difícil a seleção de textos para a elaboração da revisão bibliográfica proposta neste trabalho.

Quadro 12: Novas estratégias de busca e resultados na base de dados Google Acadêmico

BASE DE DADOS GOOGLE ACADÊMICO					
Desc. 1	Op. 1	Desc. 2	Op. 2	Desc. 3	Resultados
Biblioteca pública	E	Papel social	-	-	2.040
Biblioteca pública	E	Cidadão	-	-	6.220
Biblioteca pública	E	Cidadania	-	-	5.800
Biblioteca pública	E	Inclusão	-	-	6.260

BASE DE DADOS GOOGLE ACADÊMICO (continuação)					
Biblioteca pública	E	Cultura	-	-	34.600
Biblioteca pública	E	Informação	E	Comunidade	10.100

Fonte: A autora (2016).

Após o exaustivo levantamento bibliográfico e a exposição dos resultados obtidos no mesmo, pode-se perceber que poucas referências diretamente relacionadas ao tema “Bibliotecas públicas durante a Ditadura Militar brasileira”.

Oteve-se apenas um resultado no Portal de Periódicos da Capes e pouco mais de mil no Google Acadêmico, número baixo para esta base, e nenhum resultado nas outras bases selecionadas quando combinados os três termos fundamentais para redação desta monografia – “biblioteca pública” e “ditadura militar” e Brasil.

Além disso, dentre as poucas referências encontradas, menos ainda são frutos de pesquisadores bibliotecários, em sua maioria são obras de historiadores. Dessa forma, este levantamento bibliográfico pode contribuir para evidenciar a produção acadêmica do tema quase nula por bibliotecários.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, este trabalho tinha como objetivo investigar os efeitos da censura sofrida pelas bibliotecas públicas durante a ditadura civil militar brasileira. Entretanto, conforme o desenvolvimento da pesquisa e da elaboração do trabalho, constatamos que as bibliotecas públicas brasileiras pouco ou nada sofreram, de forma explícita, com a censura exercida por esse regime autoritário.

Portanto, decidimos ressaltar nesta pesquisa o órgão responsável pela administração das bibliotecas públicas brasileiras por 53 anos, incluindo o período da ditadura militar: o Instituto Nacional do Livro. Este instituto, apesar ter sido criado também com o objetivo de estimular o desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras, na prática focava seus esforços na coedição, promoção e distribuição de livros, principalmente didáticos, para estimular o mercado editorial e apoiar a pesquisa escolar.

Dessa forma, apesar de não sofrer de maneira evidente com a censura, as bibliotecas públicas possuíam em seus acervos apenas livros tido como adequados pelo Estado e pelos órgãos subordinados a ele, já que as mesmas dependem deles para sua manutenção. Logo, entendemos que as mesmas sofreram a ação de uma censura implícita, o que não deixa de ser lamentável.

Além disso, enfatizamos a importância das bibliotecas públicas na construção de uma sociedade mais igualitária e justa, já que esta instituição deveria atender e satisfazer toda e qualquer necessidade informacional de seus usuários reais e potenciais, funcionando como instituição de educação informal e permanente e, também, como instituição de lazer e cultura.

Assim, pode-se conjecturar que a ausência ou o pouco fomento dado às bibliotecas públicas brasileiras durante o regime militar foi proposital. Isso deve-se ao fato de que a biblioteca pública dentre todas instituições culturais é a que mais possui potencial para que o indivíduo tenha acesso a opiniões e ideologias distintas, confrontando-as e, desta maneira, formando seu pensamento crítico para exercer plenamente sua cidadania em favor de si e de toda sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e Estado autoritário no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2002.

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 07 de dezembro de 1966**. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente... Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. **Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. **Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967**. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional de Cultura. **Entenda o plano**. Brasília: MinC, [201-]. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/entenda-o-plano/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília: MinC, [201-]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Dados das bibliotecas públicas no Brasil**. Brasília: MinC, [201-]. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Histórico**. Brasília: MinC, [201-]. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/historico/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Sobre o Projeto Mais Bibliotecas**. Brasília: MinC, [201-]. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/maisbibliotecas/sobre/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Tipos de biblioteca**. Brasília: MinC, [201-]. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Portal Federativo. **Bibliotecas públicas estão presente em 98% dos municípios**. Brasília: Portal Federativo, 2016. Disponível em: <<http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/bibliotecas-publicas-estao-presentes-em-98-dos-municipios>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

CAMPELLO, Bernadete dos Santos. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 22, n. 1, p. 35-46, 1998. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/4673>>. Acesso em: 31 out. 2016.

CARNEIRO, Aline dos Santos (Ed) et al. **Brasil: nunca mais**. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARVALHO, Kátia de. Biblioteca pública: caminhos que levam ao futuro. In: **Bibliotecas para a vida II: leitura, educação e desenvolvimento pessoal e social: o papel das bibliotecas**. Lisboa: CIDEHUS, 2010. p. 533-546. Disponível em: <<http://books.openedition.org/cidehus/574>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. **FGV CPDOC**, [201-]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CORREIA, Zita P. A biblioteca pública como espaço de cidadania. In: CALIXTO, José António (Ed.). **Bibliotecas para vida: literacia, conhecimento, cidadania**. Lisboa: CIDEHUS, 2007. p. 51-65. Disponível em: <<http://books.openedition.org/cidehus/1750>>. Acesso em: 31 out. 2016.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 2002.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos / Livros, 2008.

FAUSTO, Boris. O regime militar e a transição para a democracia (1964-1985). In: _____. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. cap. 6, p. 257-310.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port-br.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

_____. **Manifesto da IFLA sobre transparência, bom governo e ausência de corrupção**. 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/transparency-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em 22 nov. 2016.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da superintendência de bibliotecas públicas de Minas Gerais. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. spe, p. 18-30, dez. 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2280/1486>>. Acesso em: 31 out. 2016.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2007.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP, v.12, n.1, p.123-146, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Biblioteca pública: espaço de formação da opinião pública? **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. spe, p. 79-94, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362014000500008&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. A política editorial do Instituto Nacional do Livro no regime militar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AndreaGalucio_A_politica_editorial_do_Instituto_Nacional_do_Livro_no_regime_militar.pdf> Acesso em: 12 maio 2016.

“If information and knowledge are central to democracy, they are conditions for development”, says secretary-general. **Nações Unidas**, Nova Iorque, 23 jun. 1997. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/1997/19970623.sgsm6268.html>>. Acesso em: 04 out. 2016.

KOFI Annan. In: Wikipédia. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Kofi_Annan>. Acesso em: 04 out. 2016.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar**: uma reflexão. Niterói, RJ: Intertexto, 2011.

LIMA, Bárbara Alessandra Ribeiro de Miranda. **Bibliotecas públicas de Vargas a Roussef**: políticas culturais e formação humana na desigualdade brasileira. 2014. 82f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, 2014. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/8585/4/B%c3%a1rbara_Lima_EPSJV_Mestrado_2014.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir José. A Biblioteca pública, entre a teoria e prática. **Biblos**, [S.l.], v. 29, n. 2, fev. 2016. ISSN 2236-7594. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/4909>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

MACHADO, Elisa; ELIAS JUNIOR, Alberto Calil; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., p. 115-127, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2263>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

MEDEIROS, Ana Lúgia Silva. Biblioteca e cidadania. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 10-45, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/65e89b24-6ba1-41b8-9700-278a1c722ded/13.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=65e89b24-6ba1-41b8-9700-278a1c722ded>>. Acesso em: 29 set. 2016.

MEDEIROS, Valéria da Silva; ALMEIDA, Núbia Régia de Almeida; VAS, Braz Batista. Do INL à digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil. **Entreletras**, Araguaína, TO, v. 5, n. 1, p. 42-61, jan./jul. 2014. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/entreletras/article/viewFile/1039/597>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MILANESI, Luis. **Biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

_____. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MIRANDA, Antonio. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, p. 69-75, jan./jun. 1978. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/594/1/ARTIGO_miss%C3%A3o_biblioteca_p%C3%BAblica_Brasil.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea: Historia y problemas del siglo XX**, v. 2, ano 2, 2011. Disponível em: <<http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/07/Napolitano.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) -Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PINTO, Tales Dos Santos. O que é ditadura militar? **Brasil Escola**, [201-]. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

REIMÃO, Sandra. Ditadura militar e censura a livros: Brasil (1964-1985). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia [Org]. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: UNESP, 2010. p. 271-287.

SPONHOLZ, Regina M. Lamas Pegoraro. **Atribuições de bibliotecários em bibliotecas públicas**. São Paulo: Pioneira, 1984.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global Ed., 1995.

_____. Perspectivas das bibliotecas públicas no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, p. 77-82, 1978. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/1833>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Censura e seleção de materiais em bibliotecas**: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. *Ciência da Informação*, [S.l.], v. 16, n. 1, jun. 1987. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1569/1504>>.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir. Planejamento estratégico de bibliotecas públicas no Brasil: histórico, crise e perspectivas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 19, n. 2, p. 137-165, 1995. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000004656/cc300ad71e02001556e078684ce2e5e1>>. Acesso em: 10 mar. 2016.